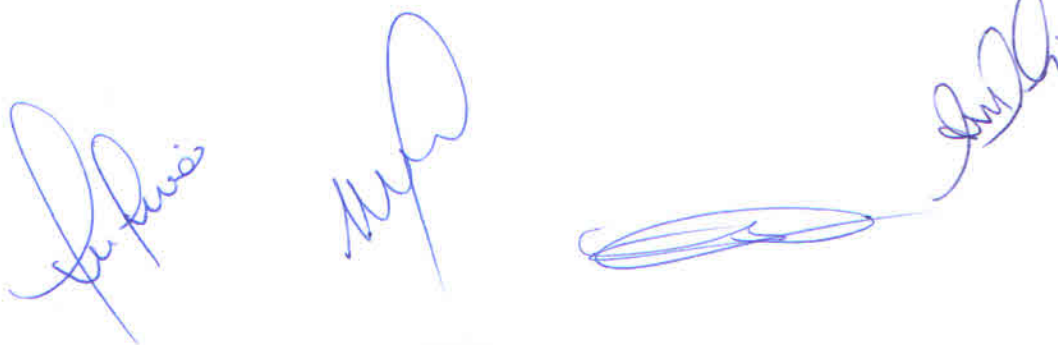


Ata da **REUNIÃO ORDINÁRIA do Comitê de Investimentos** do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba - IPMU, realizada aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e catorze, às catorze horas e trinta minutos, na sala de reuniões da sede do IPMU, onde compareceram os membros, conforme Portaria IPMU nº 008/2014: Carlos Eduardo Castilho, Dirceu Sanches, Flávio Bellard Gomes, Sirleide da Silva e Silvia Moraes Stefani Lima. O Sr. Dirceu Sanches tem falta justificada por questão de trabalho junto à Prefeitura Municipal. Aberta a reunião, os membros do Comitê de Investimentos analisaram o **Relatório Trimestral sobre as Aplicações Financieras**, conforme processo IPMU/027/2014. **CENÁRIO ECONÔMICO**. O ano iniciou com vários motivos para o mau humor dos mercados: a-) desaceleração dos EUA, possivelmente explicada pelo clima, b-) desaceleração da China, também abalada pelas notícias de risco de *default* com os excessos de crédito acumulados desde o fim da recessão global em 2009 e c-) crises em alguns países emergentes, com a mais forte envolvendo Rússia e Ucrânia. O que não mudou são os problemas estruturais de vários países emergentes, com crescimento baixo e inflação alta como no caso do Brasil. Em relação aos países desenvolvidos, a desaceleração dos EUA não teve impacto no bloco e adicionalmente está ficando claro que foi causada pelo clima e tem natureza temporária. O cenário de economia global mais forte devido a melhora da situação econômica dos desenvolvidos segue inalterado. Nos **Estados Unidos**, há um enorme consenso sobre a aceleração da atividade nos próximos trimestres para um nível acima do potencial ao redor de 3%, com a demanda privada final mais positiva ainda. Isso decorre da melhora dos fundamentos tanto do consumo privado quanto dos investimentos. O que não é consensual ainda é a trajetória dos próximos passos do FED (Banco Central dos EUA). O cenário é de um risco considerável do aperto tanto em termos de redução das compras de ativos quanto da alta de juros acontecer antes do que o mercado imagina. É mais provável que as



economias emergentes sofram mais com a mudança da política do FED do que com a evolução do cenário da China. Na **Europa**, as notícias favoráveis, principalmente após a crise que envolveu a Crimeia e a Ucrânia. Sondagens de confiança industriais mostraram que países como a França e Espanha apresentaram melhora no primeiro trimestre, sendo apenas a Alemanha e a Itália os mais afetados neste indicador. Em relação ao Banco Central Europeu, este também vem indicando que deverá agir para debelar a recente desaceleração inflacionária, contribuindo para a redução da aversão ao risco nos mercados europeus. Na **Ásia**, a situação chinesa e japonesa continuam deixando os mercados um pouco mais apreensivos. O novo governo chinês adotou recentemente um pacote de medidas para estimular a economia, compreendendo cortes de impostos para pequenos empreendedores e a retomada de investimentos em urbanização e ferrovias. O objetivo do governo chinês é manter o crescimento da segunda maior economia do mundo em ritmo próximo da meta de 7,5% a.a. No **Brasil**, a nota brasileira de crédito soberano foi rebaixada por uma das três mais importantes agências de risco Standard & Poor's, de "BBB" para "BBB-". A nota da dívida do governo federal, desta forma, encontra-se, agora, no limiar entre o que é chamado de "grau de investimento" (*investment grade*) e o que é chamado de "lixo" (*junk rate*). Isso é importante porque certas instituições financeiras são obrigadas, por estatuto, a investirem apenas em títulos que tenham grau de investimento. Mesmo assim, a reação do mercado ao rebaixamento da nota de crédito brasileira foi quase que desprezível. Isso decorre da demora com que as notas de crédito são dadas pelas agências de *rating*. A agência atribuiu o corte a uma série de fatores, tais como a perda de confiança na política fiscal e piora nas contas externas. Reforçando a falta de credibilidade dos governantes brasileiros, a equipe da S&P disse que dificilmente o Brasil cumprirá sua meta formal de superávit primário de 1,9% do PIB (Produto Interno Bruto). Sobre o crescimento da economia brasileira, a estimativa é de que ele continue "fraco" nos próximos anos. A S&P ressalta ainda que, por estarmos em ano



de eleições presidenciais, o espaço para medidas de austeridade torna-se muito menor, tendo em vista o impacto não-popular de medidas como estas, que podem dessa forma afetar a campanha eleitoral do atual governo. Mesmo assim, eles reforçaram que estão "confortáveis" com a perspectiva de grau de investimento do Brasil. Com este corte, o País está no nível mais baixo de "investment grade", ou seja, com mais um corte a economia brasileira entra em "grau especulativo. *A agência Moody's descarta reduzir nota de risco do Brasil em 2014.* Uma redução da nota da dívida soberana do Brasil não está nos planos da agência de classificação Moody's para este ano. Isso significa que o país deverá manter até, pelo menos, o início de 2015 tanto a avaliação "Baa2" quanto sua perspectiva de estabilidade. A classificação atual coloca a dívida do país em um nível acima do patamar mínimo para ser considerado grau de investimento, uma espécie de selo de qualidade que indica ser seguro aplicar recursos no país. Segundo Mauro Leos, analista de risco soberano da Moody's, embora o Brasil não apresente bom desempenho econômico (quadro de baixo crescimento e inflação elevada), o risco de crédito do país ainda é baixo. Ele afirmou que a Moody's vai esperar o anúncio do programa econômico do novo governo que será eleito neste ano para reavaliar a decisão de manter a nota e a perspectiva estável. *Fitch afasta risco de rebaixamento do Brasil neste momento.* Ainda que a economia brasileira apresente problemas, eles não são suficientes para a agência de classificação de risco alterar a nota de crédito do Brasil neste momento. Até julho a Fitch tem que dar um parecer sobre a nota do país. Atualmente, a perspectiva da agência é estável, ou seja, não contempla alterações no rating do Brasil. Segundo Rafael Guedes, diretor da agência de classificação de risco no Brasil, o crescimento baixo da economia é um desafio, mas houve avanços recentes. Ele afirma que a política cambial ficou mais flexível desde o ano passado, e a taxa básica de juros está subindo para controlar a inflação. Com relação a **Taxa Selic**, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu desacelerar, o ritmo de alta de juros, com um

movimento de 0,25%, em vez do 0,50% que vinha sendo imprimido até então, elevando a **Selic para 11.00% em abril**, mas deu um passo além no sentido de sinalizar que o fim do ciclo está próximo. O Banco Central vem manifestando, desde fins de 2013, sua convicção de que a política fiscal caminha para a neutralidade. Mesmo que esse cenário venha a ser concretizar, a descrença generalizada dos analistas privados causa danos concretos ao contaminar as projeções de inflação. Em tese, um manejo mais conservador da política de juros seria eficaz para domar as expectativas. O grande risco, porém, seria a contração monetária se somar à inflexão da política fiscal, provocando uma desaceleração mais acentuada do PIB - Produto Interno Bruto. A cautela, neste contexto parece ser uma estratégia mais adequada para atravessar esse momento de incerteza. A execução da política fiscal nos próximos meses poderá dar contribuição mais eficaz para ancorar as expectativas inflacionárias. E a própria queda da inflação, caso se confirme, tende a derrubar as projeções dos analistas privados. **Eleições.** A corrida eleitoral já começou a impactar os mercados, que tem reagido com intensidade às pesquisas de intenção de voto e, sobretudo, de avaliação do governo. **RENDA FIXA.** Março foi um mês de relativa estabilidade nos preços de títulos públicos, já ajustados fortemente para cima em fevereiro, após a queda de janeiro. Entretanto ainda não se vislumbra uma alta maior dos preços de títulos (e queda de taxas) pré-fixados e aqueles indexados à inflação, representados pelos Índices Anbima de Mercado (IMA). O mês foi marcado pela queda da aversão ao risco global. Os dados recentes da economia americana têm apresentado melhora, à medida que a situação climática se normaliza. O mercado doméstico apresentou alta nas taxas de juros, com uma dinâmica negativa até meados do mês, após o resultado fiscal de janeiro vir abaixo das expectativas. As perspectivas da economia culminaram no downgrade da dívida soberana, algo que já estava amplamente precificado. No entanto, por conta do elevado rendimento nominal dos títulos brasileiros, observou-se um fluxo relevante de investidores internacionais



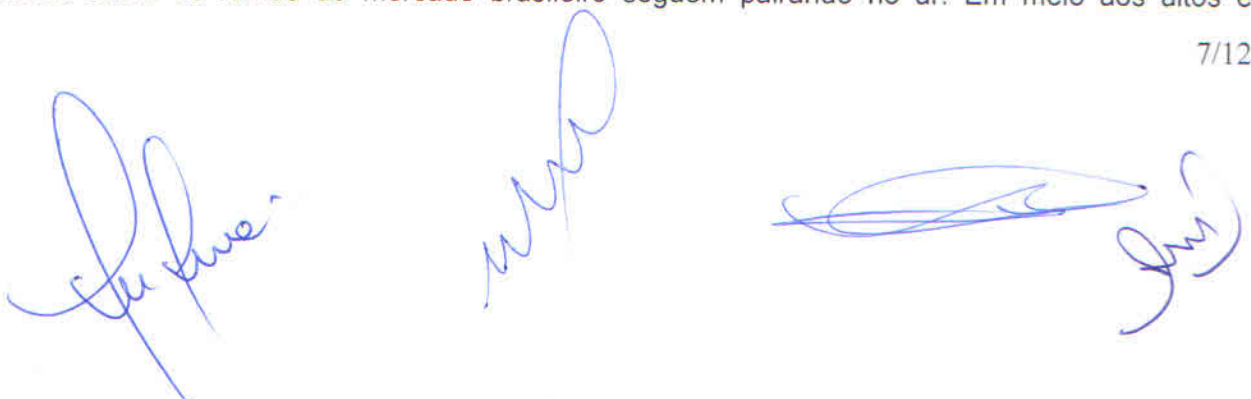
comprando ativos domésticos, o que amenizou parte desse movimento de alta. As pesquisas eleitorais passaram a exercer forte volatilidade nos preços dos ativos, tendência que deve persistir até outubro. Para os analistas de mercados, a perspectiva para alocação em renda fixa segue predominantemente em títulos ou classes com curta duração e indexados ao CDI, e apenas 20% da carteira de investimentos nas classes IMA. Mas se o horizonte de tempo for maior, o mais interessante é aplicar em títulos indexados como as NTN-bs, que mostram prêmios interessantes a partir de 2014. **IRF-M:** a estrutura a termo de taxa de juros apresentou em março uma intensa volatilidade. Nos primeiros vinte dias do mês, houve uma abertura da curva de juros que foi quase totalmente revertida ao longo do final do mês, contribuindo para que o índice tivesse um rendimento positivo, mas abaixo do custo de oportunidade da renda fixa (CDI) que rendeu 0,76% no mês, acumulando 2,40% no trimestre. **IMA-B:** no mês de março as NTN-Bs voltaram a registrar forte volatilidade, sobretudo nos vencimentos mais longos. A manutenção do risco inflacionário em patamares elevados ajudou a manter a pressão altista sobre as taxas desses títulos, principalmente na parte mais curta da curva. Com o IPCA rodando em patamares elevados, o efeito positivo gerado pelo carregamento compensou a alta verificada nas taxas, levando as NTN-Bs a um resultado nominal positivo no período. Para Abril, espera-se que a aversão ao risco global e as incertezas com relação à condução das políticas Fiscal e Monetária por parte do Banco Central Brasileiro continuem trazendo volatilidade aos preços dos ativos domésticos. **RENDA VARIÁVEL.** Depois de um desanimador início de ano até fevereiro, a bolsa brasileira ensaiou um início de recuperação a partir da segunda quinzena de março. A Bovespa encerrou março, com o melhor desempenho mensal desde janeiro de 2012 e com a primeira alta desde outubro do ano passado. O ingresso de capital estrangeiro se repetiu ao longo do mês e impulsionou o ganho com ações. Os destaques foram as estatais, em meio à expectativa do mercado de mudanças na condução da política econômica. O Ibovespa subiu



7,05%, a maior alta mensal desde janeiro de 2012 (11,14%), foi o melhor março desde 2010, quando subiu 7,18%. No trimestre, entretanto, caiu 2,12%, o pior resultado desde o segundo trimestre do ano passado (-15,78%). No saldo do mês, Petrobras e Eletrobras estão entre os destaques, em parte por causa da expectativa do mercado de que a presidente Dilma Rousseff perca força nas eleições de outubro, o que pode resultar numa guinada da política econômica e, numa avaliação mais ousada, na vitória da oposição. **Brasileiros conservadores ou estrangeiros otimistas?** Em janeiro, a Bovespa sofreu uma queda expressiva, o dólar subiu e as taxa de juros praticadas em renda fixa ficaram pressionadas. Já no final de março o movimento foi inverso. No caso de alguns ativos a questão agora, passa a ser se os preços não estariam excessivamente otimistas para um cenário ainda incerto. Efetivamente viveremos um ano de volatilidade, ou seja, de grande oscilação. O que quer dizer que, altas extremas em prazos curtos também não são um sinal tão benéfico. Acredita-se que o cenário local não justificava o pessimismo de janeiro, mas também não há consistência deste otimismo repentino no mercado acionário e no câmbio. Parte desta onda de otimismo está associada a uma visão positiva dos estrangeiros. Já os investidores locais, seguem excessivamente críticos. Para o primeiro grupo, o patamar alto das taxa de juros e o preço contraído das ações se tornou uma tentação muito grande. As investigações em relação à Petrobrás combinada com a queda de popularidade da presidente Dilma, levaram os estrangeiros às compras, apostando no quanto pior melhor. Ou seja, a crença de que estes fatores conjunturais podem trazer uma guinada na gestão da estatal e do país. Já os locais literalmente não compraram tanto este otimismo. Estão preocupados com a inflação corrente com a chance de um racionamento e não tanto, na expectativa de mudança nos princípios de gestão atuais das estatais de do governo federal. Os analistas recomendam que o s investidores não se deixem levar nem por um extremo nem por outro. **Perspectiva para bolsa segue ruim.** O Ibovespa atingiu o dia 14/março sua menor pontuação em quase cinco



anos, aos 44.965 pontos. O Ibovespa bateu seu recorde, de 78.516 pontos em maio/2008, pouco antes do Brasil receber o grau de investimento das agências de risco. De lá para cá, caiu quase 40%, enquanto o CDI subiu 73%. As quedas frequentes, dizem analistas, deixaram várias ações e a própria bolsa baratas. Mas esses mesmos profissionais não se arriscam a prever um movimento de recuperação. O viés ainda é negativo para a bolsa, segund os analistas. O Departamento de Pesquisa Macroeconômica do Banco Itaú Unibanco afirmou em nota que o estresse nos mercados emergentes diminuiu em fevereiro, em grande parte pelas taxas de juros mais baixas nos Estados Unidos. Mas a preocupação com o risco de desaceleração na China passou a afetar preços de commodities e algumas moedas emergentes. O impasse na Ucrânia adicionou risco ao cenário. Os especialistas do Itaú acreditam que as economias emergentes ainda enfrentarão volatilidade à frente. "As taxas de juros nos EUA devem voltar a subir, à medida que os efeitos temporários do inverno rigoroso deixem de afetar o crescimento americano", afirmam na nota. E o risco na China e na Ucrânia pode continuar por mais algum tempo, ainda que o mais provável seja um desfecho sem traumas nos dois casos, avalia o Itaú Unibanco no documento. Enquanto os temas globais permanecerem como o principal determinante para a dinâmica de ativos emergentes, as especialidade locais continuam relevantes. No caso do Brasil, o governo busca sinalizar uma postura mais austera na política fiscal, mas há riscos para a implementação dos cortes de gastos anunciados. Os eventos climáticos trazem dúvidas sobre o abastecimento energético e pressionam a inflação. Os dados das atividades estão um pouco melhores, mas os fundamentos ainda sugerem crescimento baixo adiante. **Apagão, fundo, rating e eleição: um resumo da bolsa no primeiro trimestre.** Apesar do desempenho negativo, seria exagero pensar que o mercado brasileiro terminou o trimestre em novo tom de derrota absoluta. Um trimestre tumultuado para a Bovespa chegou ao fim e muitas dúvidas sobre os rumos do mercado brasileiro seguem pairando no ar. Em meio aos altos e



baixos do pessimismo dos investidores estrangeiros com os emergentes, a recuperação americana, o desgaste chinês, o aumento do risco de um racionamento de energia no Brasil, e do esquentar da corrida eleitoral, o **Ibovespa acumulou perdas de 2,12% no primeiro trimestre do ano**. Para quem chegou a acumular quedas superiores a 10% em comparação com o último fechamento de 2013, cair pouco mais de 2% não é tão ruim assim. A virada da bolsa na segunda metade de março em um rali de 10 altas em 11 pregões, pode apontar para uma nova chance dada pelos investidores para o mercado brasileiro. O último mês marcou um aumento crescente das disputas pelas eleições e a respectiva crescente das especulações sobre as disputas. Na segunda metade de março, as pesquisas do Ibope movimentaram o mercado, com a queda de 43% para 36% na aprovação da gestão da presidente Dilma Rousseff por parte do eleitor inflando uma onda de otimismo do mercado, que vê com maus olhos as sucessivas intervenções do governo na economia brasileira, sobretudo nas operações das empresas estatais - companhias que figuram na lista dos maiores destaques de alta do recente rali. E os altos e baixos na Bovespa baseados nas pesquisas ou especulações eleitorais só tendem a aumentar com a aproximação do dia das eleições. Dentre os fatores que causaram essa reviravolta no mês, estão o fluxo estrangeiro de recursos para a bolsa brasileira que ficou acima de R\$ 2,6 bilhões de reais no mês e a safra de balanços das empresas brasileiras referentes ao último trimestre de 2013, divulgada ao longo de março, que superou as expectativas dos analistas, principalmente nos setores de bens de capital, financeiro, saúde e telecom. Apesar da redução do rating brasileiro pela S&P, seu impacto acabou limitado pela antecipação já realizada pelos agentes de mercado, como também pela colocação de uma "perspectiva estável" pela agência para o risco soberano do Brasil, afastando a possibilidade de perda do "Investment Grade" pelo país. Os dados divulgados pela economia americana continuaram fracos, fato que permitiu que as taxas de juros globais permanecessem em patamares reduzidos e, com isso, incentivando um





maior fluxo de recursos para mercados emergentes. Em função de todos os fatores citados acima e da fraca performance da bolsa brasileira nos últimos meses, os investidores estrangeiros começaram a aumentar suas posições em Brasil no mês de março. **Para os analistas de mercado, o momento atual exige cautela e disciplina. É preciso ter visão** de longo prazo, paciência, firmeza e uma dose de coragem para olhar as entrelinhas e buscar os exageros do mercado. Eles apontam que existem três vetores diferentes que influenciam os preços dos ativos: econômico, político e financeiro. Na renda fixa os principais indicadores apresentaram desempenho positivo no primeiro trimestre do ano: IRFM 1 (2,25%), IRFM Total (2,63%) IRFM 1+ (2,85%), IMA-B 5 (2,97%), IMA-B Total (2,49%) e IMAB-5+ (2,11%). Na renda variável, os principais indicadores apresentam desempenho negativo no fechamento do primeiro trimestre do ano: IBRX-50 (-2,06%), Dividendos (-2,84%), Small Caps (-5,45%), Ibovespa (-2,12%) e Imobiliário (-1,16%). A Carteira de Investimentos do IPMU, apresentou **valorização dos ativos financeiros**, no terceiro mês do ano, resultando na elevação do patrimônio financeiro, que passou de **R\$ 195.196.341,60** (cento e noventa e cinco milhões cento e noventa e seis mil trezentos e quarenta e um reais e sessenta centavos) em fevereiro, para **R\$ 197.816.543,93** (cento e noventa e sete milhões oitocentos e dezesseis mil quinhentos e quarenta e três reais e noventa e três centavos) em março.

Enquadramento das Aplicações Financeiras. Com exceção das aplicações no segmento de fundos de crédito privado (desenquadramento passivo), todas as demais aplicações financeiras estão enquadradas conforme Resolução CMN 3.922/2010. Fundos de Crédito Privado. Conforme apontamento do Ministério da Previdência Social, as aplicações nos ativos Fundo de Investimentos - Renda Fixa "Crédito Privado" estão em desacordo com o Artigo 7º, inciso VII, alínea "b" (aplicação superior a 5% do total dos recursos do RPPS), nos bimestres de "maio/junho", "julho/agosto", "setembro/outubro", "novembro/dezembro" de 2013 e "janeiro/fevereiro" de 2014. No ano de 2013 o percentual do patrimônio aplicado no segmento

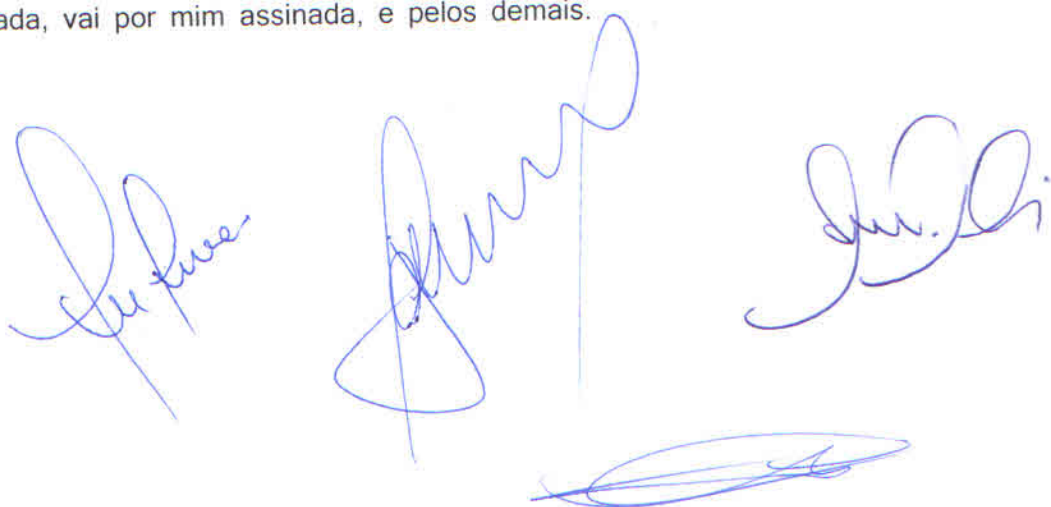


de crédito privado foi: 4,69% (janeiro), 4,78% (fevereiro), 4,85% (março), 4,85% (abril), 5,04% (maio), 5,22% (junho), 5,17% (julho), 5,29% (agosto), 5,26% (setembro), 5,17% (outubro), 5,14% (novembro) e 5,36% (dezembro). No ano de 2014 o percentual do patrimônio aplicado no segmento de crédito privado é: 5,36% (janeiro), 5,20% (fevereiro) e 5,19% (março). Conforme levantamento financeiro, o enquadramento das aplicações somente ocorrerá, quando o PATRIMÔNIO FINANCEIRO, superar o valor de R\$ 205.000.000,00 (duzentos e cinco milhões de reais). **Rentabilidade dos fundos de investimentos.** A grande volatilidade dos mercados, tanto no segmento de "renda fixa" quanto no segmento de "renda variável" tem dificultado na performance das aplicações quanto comparadas à "meta atuarial". No fechamento do 1º trimestre do ano, somente os títulos públicos 2021 (116,64%), títulos públicos 2015 (110,01%) e títulos públicos 2024 (107,67%) conseguiram superar a meta atuarial, as demais aplicações financeiras que compõem a Carteira de Investimentos do IPMU apresentaram performance abaixo da meta atuarial: Santander Renda Fixa IMA-B 5 (80,96%), Itaú Renda Fixa IMA-B (79,94%), HSBC IPCA Renda Fixa IMA-B (79,39%), SulAmérica Renda Fixa IMA-B (71,34%), Santander Renda Fixa IMA-B (69,33%), Santander Referenciado DI (68,01%), Caixa Referenciado DI (66,75%), Itaú Renda Fixa IMA-B 5 (66,62%), Bradesco Referenciado DI (66,06%), Caixa Crédito Privado IPCA X (62,96%), Caixa Crédito Privado IPCA XII (62,57%), Santander Renda Fixa IRFM 1 (60,49%), Caixa Renda Fixa IMA-B 5+ (60,44%), BNP Paribas Renda Fixa IMA-B (58,29%), Brasil Renda Fixa IRFM 1 (20,91%), Santander Ações Ibovespa (-63,07%), HSBC Ações Ibovespa Ativo (-71,62%), Caixa Ações IBRX-50 (-121,40%), Brasil Ações Dividendos (-133,80%), Santander Ações Small Caps (-143,79%), SulAmérica Ações Total Return (-237,62%), Santander Ações Infraestrutura (-250,67%). **Diversificação dos investimentos.** O processo de diversificação dos investimentos iniciado nos últimos anos, intensificou-se no primeiro trimestre de 2014, devido a necessidade de proteção da carteira frente a grande volatilidade do mercado, com a

alocação de parte do recurso em fundos de curto prazo (DI / IRFM 1), que apresentam característica de baixa volatilidade e rentabilidade próxima a meta atuarial devido a elevação da taxa selic ocorrida nos últimos meses. A carteira de investimentos está alocada da seguinte forma: fundos IMA-B (24,21% PL), fundos DI (20,87% PL), títulos IPCA (20,45% PL), fundos IRFM 1 (7,49% PL), IMA-B 5 (6,94% PL), títulos públicos IGPM (6,87% PL), fundos crédito privado IPCA (5,19% PL), fundos Ibovespa (3,82% PL), fundos IMA-B 5+ (2,06% PL), fundos IBRX-50 (1,27% PL), fundos Infraestrutura (0,42% PL), fundos Small Caps (0,23% PL) e fundos Dividendos (0,17% PL). Aplicação de cursos por Instituição Financeira. Os recursos financeiros do IPMU estão alocados em 08 (oito) instituições financeiras: Caixa Econômica Federal (21,84% PL - R\$ 42.913.243,45), Itaú-Unibanco (11,84% PL - R\$ 23.424.783,12), Santander (9,45% PL - R\$ 18.695.521,49), HSBC (8,54% PL - R\$ 16.897.850,09), Bradesco (6,34% PL - R\$ 12.540.357,36), BNP Paribas (5,46% PL - R\$ 10.804.726,97), Banco do Brasil (5,36% PL - R\$ 10.601.871,65) e Sul América Investimentos (3,99% PL - R\$ 7.896.617,28). A carteira de títulos públicos representa 27,32% do PL, correspondendo a R\$ 54.041.572,52. Ato contínuo, os membros do Comitê de Investimentos aprovaram por unanimidade a Estratégia de aplicação para o mês de maio: aplicar os recursos referentes à contribuição previdenciária patrona e servidor da Prefeitura Municipal, no valor estimado de R\$ 1.020.000,00 (hum milhão e vinte mil reais), no fundo Santander Corporate DI. A justificativa para as alocações dos recursos em fundos de curto prazo "DI": os fundos de renda fixa atrelados à família "IMA" ainda tendem a apresentar volatilidade no curto e médio prazo e os recursos serão utilizados no curto prazo, para pagamento da folha dos inativos e custear as despesas administrativas. Com relação às demais aplicações financeiras, foi deliberado a manutenção, até a reunião com a empresa de consultoria financeira Risk Office, que será realizada no dia 29/04/2014. Para finalizar a reunião, os membros do Comitê de Investimentos discutiram sobre a necessidade de Estudo de Solvência, para alocação de



recursos em fundos que apresentem carência para resgate. De acordo com a Portaria MPS nº 440/2013, o gestor deverá atestar que o RPPS possui capacidade financeira para alocar recursos com prazo de carência (Art. 3º Inciso II parágrafo IV). Por sua vez a Portaria MPS nº 65/2014 permite que alguns fundos de investimentos possam contabilizar seus ativos pelo seu valor de aquisição, reduzindo assim a volatilidade da carteira (Art. 16 Inciso VIII parágrafo 2º). Objetivo identificar a razão da solvabilidade do plano de benefícios do RPPS, considerando premissas e hipóteses de simulação com base em fluxos de caixa atuarial e cenários macroeconômicos, e proporá composições de carteiras de investimentos que possam suportar e alongar a sobrevivência do plano de benefícios, e que apresentem melhor relação entre resultado esperado (superávit projetado) e risco de déficit. O relatório deverá conter no mínimo: a-) liquidez da Carteira, b-) estudo de Solvência, c-) macro Alocação Estratégica Sugerida para a Carteira de Investimentos do RPPS, d-) gráfico do fluxo de longo prazo da receita e da despesa previdenciária, e-) gráfico do valor presente dos investimentos e rentabilidade projetada no longo prazo e f-) modelo de carteira sugerida visando a otimização do retorno à longo prazo. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e para que conste, eu, Sirleide da Silva, que secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, vai por mim assinada, e pelos demais.

Three handwritten signatures in blue ink are present below the text. The first signature on the left is partially legible and appears to read 'Sirleide'. The middle signature is a large, stylized cursive signature. The signature on the right is also cursive and appears to read 'Sirleide'.